



FSUGT – FRENTE DE SINDICATOS DA UGT CONCLUIU COM UM ACORDO, A REVISÃO DOS SALÁRIOS PARA AS IPSS

A Frente de Sindicatos da UGT (FSUGT) para o setor social, **da qual a FNE e os seus dez sindicatos fazem parte**, celebrou hoje, no Porto, um acordo com a Confederação que representa as Instituições Particulares de Solidariedade Social, CNIS que teve como objetivo a revisão das carreiras e remunerações dos cerca de setenta mil trabalhadores das IPSS.

A FSUGT não esconde a dificuldade que ano, após ano, sente quando negocia com o setor da economia social, matérias de ordem pecuniária, muito por causa dos apoios atribuídos a este sector por parte do Estado.

Cabe ao Estado a responsabilidade de dar resposta em áreas sociais, entre elas, na primeira infância, no apoio à família, no apoio aos idosos e no apoio à saúde. No entanto, e apesar desta sua enorme responsabilidade, o Estado, por si só, tem-se mostrado insuficiente e, para colmatar este défice de resposta apoia-se no setor social e solidário.

Contudo, esta necessidade de estabelecer parcerias com o setor da economia social não tem sido acompanhada pela preocupação de valorizar e dignificar o trabalho desenvolvido por milhares de trabalhadores afetos a este setor. Os apoios do Governo têm-se manifestado na prática insuficientes para responder a uma efetiva valorização do trabalho e das remunerações dos seus trabalhadores.

Os sindicatos desta Frente Sindical da UGT, na qual a FNE se insere têm defendido que futuros acordos de cooperação terão de conter exigências não só de valorização das verbas atribuídas a determinadas valências de apoio social, mas também, quanto à fixação da percentagem em relação ao apoio global que deve ser destinado à valorização das carreiras e remunerações dos trabalhadores do setor. Enquanto o Estado não tiver um olhar mais atento para o setor da economia social, este ficará sempre sobre uma enorme pressão, nomeadamente no campo da manutenção e recrutamento de trabalhadores.

Apesar das dificuldades sentidas, a FSUGT e a FNE, têm conseguido alcançar, nos últimos anos, acordos com ganhos positivos para a generalidade de todos aqueles que se entregam à causa do setor social e solidário. Neste acordo, as remunerações dos trabalhadores, em termos globais, têm uma valorização de cerca de 3,75% e, se, salientarmos, os trabalhadores das carreiras gerais da tabela A do contrato coletivo de



trabalho, a **valorização é de 5,71%**. As remunerações e restantes matérias pecuniárias têm efeitos retroativos a **1 de janeiro deste ano de 2024**.

A FSUGT conseguiu, ainda, **uma nova vitória, com o incremento de mais uma diuturnidade no tempo de serviço prestado** e que constitui um aspeto positivo no reconhecimento da experiência profissional associada à antiguidade do trabalhador.

Temos a consciência que o resultado desta negociação não foi o desejável, mas consideramos que, mesmo assim, neste processo negocial os trabalhadores têm ganhos substancialmente positivos, num contrato coletivo que deve ser olhado sempre numa perspetiva global e não numa perspetiva parcial de um ou outro grupo de trabalhadores.

Porto, 23 de fevereiro de 2024

A Comissão Executiva da FNE